



**MERCANTIL** | Distribuidora S.A.  
Títulos e Valores  
Mobiliários

# Demonstrações Financeiras Individuais

Dezembro 2024



Senhor Acionista:

Submetemos à apreciação de V.Sa. as Demonstrações Financeiras da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários.

### **Conjuntura Econômica**

No contexto internacional, a conjuntura continuou desafiadora em 2024, com persistentes pressões inflacionárias e taxa de juros elevada durante todo ano. Quanto às perspectivas, os prognósticos indicam continuidade da política monetária restritiva nas economias americana e da área do euro, além dos riscos intrínsecos aos conflitos geopolíticos.

No Brasil, o PIB alcançou expansão anual da ordem de 3,5%, ante 3,2% em 2023. A inflação medida pelo IPCA posicionou-se em 4,83% e a taxa de juros Selic saltou de 10,75% ao ano em agosto de 2024 para 12,25% em dezembro. Nesse cenário, o Ibovespa registrou queda de 10,36%. Quanto às perspectivas, projeções iniciais apontam para crescimento econômico da ordem de 2,1%, em cenário de taxa de juros Selic em alta, para combater pressões inflacionárias.

### **Contexto Corporativo e Desempenho Operacional**

A Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. é subsidiária integral do Banco Mercantil do Brasil S.A. e tem por objeto, dentre outras atividades, a intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e a administração de fundos de investimentos e de recursos de terceiros.

O gerenciamento da estrutura de capital, o cálculo dos limites operacionais e o gerenciamento dos riscos são centralizados no Controlador, em conformidade com as normas em vigor. O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é de 18,1%, perante mínimo requerido de 10,50%, já considerado o adicional de capital principal.

O Ativo total é de R\$ 25,6 milhões e está na sua maior parte representado por aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 21,2 milhões. Os passivos circulante e não circulante somam R\$ 3,6 milhões e estão representados por provisões para outros passivos e para riscos fiscais. O Patrimônio Líquido é de R\$ 22,0 milhões e apurou-se Lucro Líquido de R\$ 737,0 mil.

Finalizando, a Mercantil do Brasil Distribuidora informa que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, fevereiro de 2025.

Administração



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. -  
Títulos e Valores Mobiliários

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Distribuidora e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Distribuidora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
Em R\$ Mil

<b>A T I V O</b>	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>DISPONIBILIDADES</b>	3	54	112
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>21.238</b>	<b>20.704</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	21.238	20.704
<b>ATIVOS FISCAIS</b>		<b>965</b>	<b>1.104</b>
Correntes		29	31
Diferidos	5.1	936	1.073
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		-	<b>27</b>
Despesas Antecipadas		-	27
<b>OUTROS ATIVOS</b>	6	<b>3.372</b>	<b>2.986</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>25.629</b>	<b>24.933</b>
<b>P A S S I V O E P A T R I M Õ N I O L Í Q U I D O</b>	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>PROVISÕES</b>		<b>3.123</b>	<b>2.999</b>
Provisão para Outros Passivos	7.a	3.123	2.999
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>172</b>	<b>221</b>
Correntes		166	215
Diferidos		6	6
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>325</b>	<b>48</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b>22.009</b>	<b>21.665</b>
Capital Social	8.1	19.250	19.250
Reservas de Lucros	8.2	2.759	2.415
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>25.629</b>	<b>24.933</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em R\$ Mil

	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.124</b>	<b>2.194</b>	<b>2.486</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4	1.124	2.194	2.486
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.124</b>	<b>2.194</b>	<b>2.486</b>
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.124</b>	<b>2.194</b>	<b>2.486</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(1.088)</b>	<b>(1.024)</b>	<b>(1.000)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	9.1	1.559	2.734	13
Despesas de Pessoal	9.2	(1.146)	(1.732)	(373)
Outras Despesas Administrativas	9.3	(735)	(1.104)	(510)
Despesas Tributárias	9.4	(177)	(318)	(94)
Outras Receitas Operacionais		4	6	7
Outras Despesas Operacionais		(566)	(572)	(18)
Reversões / (Despesas) de Provisões	9.5	(27)	(38)	(25)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>36</b>	<b>1.170</b>	<b>1.486</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>36</b>	<b>1.170</b>	<b>1.486</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	5.2	<b>1</b>	<b>(433)</b>	<b>(569)</b>
Provisão para Imposto de Renda		7	(171)	(170)
Provisão para Contribuição Social		(8)	(125)	(118)
Ativo Fiscal Diferido	5.1.a	2	(137)	(281)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>37</b>	<b>737</b>	<b>917</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)</b>				
Ações ordinárias		0,3254	6,5072	8,0981
<b>LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)</b>				
Ações ordinárias		37	737	917
<b>Número de Ações em Circulação - básico e diluído</b>				
Ações ordinárias		113.236	113.236	113.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	37	737	917
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	37	737	917

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em R\$ Mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>19.250</b>	<b>101</b>	<b>1.397</b>	<b>-</b>	<b>20.748</b>
Lucro Líquido do Período	-	-	-	917	917
Destinações:					
Reservas	-	46	871	(917)	-
<b>SALDOS EM 31/12/2023</b>	<b>19.250</b>	<b>147</b>	<b>2.268</b>	<b>-</b>	<b>21.665</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>46</b>	<b>871</b>	<b>-</b>	<b>917</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2023</b>	<b>19.250</b>	<b>147</b>	<b>2.268</b>	<b>-</b>	<b>21.665</b>
Lucro Líquido do Período	-	-	-	737	737
Destinações:					
Reservas	-	37	525	(562)	-
Dividendos	-	-	(218)	(175)	(393)
<b>SALDOS EM 31/12/2024</b>	<b>19.250</b>	<b>184</b>	<b>2.575</b>	<b>-</b>	<b>22.009</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>307</b>	<b>-</b>	<b>344</b>
<b>SALDOS EM 30/06/2024</b>	<b>19.250</b>	<b>147</b>	<b>2.050</b>	<b>700</b>	<b>22.147</b>
Lucro Líquido do Período	-	-	-	37	37
Destinações:					
Reservas	-	37	525	(562)	-
Dividendos	-	-	-	(175)	(175)
<b>SALDOS EM 31/12/2024</b>	<b>19.250</b>	<b>184</b>	<b>2.575</b>	<b>-</b>	<b>22.009</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>525</b>	<b>(700)</b>	<b>(138)</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto**

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>36</b>	<b>1.170</b>	<b>1.486</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>25</b>	<b>36</b>	<b>24</b>
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais	27	39	27
Atualizações Monetárias Ativas	(2)	(3)	(3)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>61</b>	<b>1.206</b>	<b>1.510</b>
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(78)	(385)	915
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	23	27	(27)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	138	282	(907)
<b>Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações</b>	<b>144</b>	<b>1.130</b>	<b>1.491</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(142)	(436)	(133)
<b>Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>2</b>	<b>694</b>	<b>1.358</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(218)	(510)
<b>Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(218)</b>	<b>(510)</b>
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	21.290	20.816	19.968
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	21.292	21.292	20.816
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>2</b>	<b>476</b>	<b>848</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>2.092</b>	<b>4.322</b>	<b>2.462</b>
Intermediação Financeira	1.124	2.194	2.486
Prestação de Serviços	1.559	2.734	13
Outras	(591)	(606)	(37)
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(735)</b>	<b>(1.104)</b>	<b>(510)</b>
Serviços de Terceiros	(596)	(904)	(450)
Outros	<b>(139)</b>	<b>(200)</b>	<b>(60)</b>
Processamento de Dados	(23)	(47)	(36)
Serviços do Sistema Financeiro	(47)	(47)	-
Outros	(69)	(106)	(24)
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>1.357</b>	<b>3.218</b>	<b>1.952</b>
<b>5 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>1.357</b>	<b>3.218</b>	<b>1.952</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>1.357</b>	<b>3.218</b>	<b>1.952</b>
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1.357</b>	<b>3.218</b>	<b>1.952</b>
Pessoal	<b>937</b>	<b>1.417</b>	<b>304</b>
Remuneração Direta	904	1.360	304
Benefícios	22	38	-
FGTS	11	19	-
Impostos, Taxas e Contribuições	<b>383</b>	<b>1.064</b>	<b>731</b>
Federais	306	928	730
Municipais	77	136	1
Remuneração de Capitais Próprios	<b>37</b>	<b>737</b>	<b>917</b>
Dividendos	175	393	-
Lucros Retidos do Período	(138)	344	917

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários (Distribuidora) é subsidiária integral do Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e tem por objeto, dentre outras atividades, a intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e a administração de fundos de investimentos e de recursos de terceiros. A sede da Distribuidora está localizada na Rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresentada como informação suplementar para fins de atendimento ao Banco Central do Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 13/02/2025.

### 2.2 Principais políticas contábeis e estimativas críticas

#### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

## b) Instrumentos Financeiros

- **Classificação e mensuração dos ativos financeiros para fins de apresentação**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- **Títulos para negociação** – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos em contrapartida do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 4.a.

- **Nível 1:** são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

## c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS:** As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido:** A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei nº 14.183/21

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

#### **d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

#### **e) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis e tributárias, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### **f) Reconhecimento de receitas e despesas**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

#### g) Lucro / Prejuízo por ação

O Lucro / Prejuízo por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 8.4.).

A Distribuidora não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2024 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

#### h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20, os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

#### i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Distribuidora, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

#### j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** a Distribuidora avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Distribuidora exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Distribuidora são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

**k) Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros**

- **Resolução CMN nº 4.966/21**

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A norma está alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9 e passará a vigorar a partir de 01/01/2025.

Conforme estabelecido pelo art. 78 da Res. CMN nº 4.966/21, a Distribuidora informa que não são esperados impactos da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Disponibilidades	54	112
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.238	20.704
<b>Total</b>	<b>21.292</b>	<b>20.816</b>

**4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

a) Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
<b>Aplicações no mercado aberto – Posição bancada</b>		
Letras do Tesouro Nacional	-	20.704
Notas do Tesouro Nacional	21.238	-
<b>Total - Circulante</b>	<b>21.238</b>	<b>20.704</b>

As aplicações Interfinanceiras de Liquidez, com base na Resolução CMN nº 4.924/21, estão classificadas no Nível 1 da Hierarquia de Valor Justo.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente na rubrica de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", e são representados, basicamente, pelas rendas de aplicações em operações compromissadas.

**5. ATIVOS FISCAIS**

**5.1. Diferidos – Créditos Tributários**

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

MBD	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2024
Diferenças temporárias - Contingências	458	22	(18)	462
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	615	-	(141)	474
<b>Total</b>	<b>1.073</b>	<b>22</b>	<b>(159)</b>	<b>936</b>

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo nº 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

## b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, são calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Exercícios	Diferenças Temporárias	MP 2.158-35/01	Dez / 2024	Dez / 2023
2024	-	-	-	113
2025	35	474	509	128
2026	-	-	-	91
2027	-	-	-	91
2028	-	-	-	549
2029	427	-	427	101
<b>Total</b>	<b>462</b>	<b>474</b>	<b>936</b>	<b>1.073</b>
<b>Valor presente</b>	<b>185</b>	<b>388</b>	<b>573</b>	<b>703</b>

**5.2. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>1.170</b>	<b>1.486</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40%	(468)	(594)
Ajustes no cálculo dos tributos	35	25
<b>Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(433)</b>	<b>(569)</b>

**6. OUTROS ATIVOS**

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Devedores por Depósitos em Garantia – vide nota nº 7.b)	3.119	2.985
Rendas a Receber	248	1
Outros	5	0
<b>Total</b>	<b>3.372</b>	<b>2.986</b>
Circulante	253	1
Não Circulante	3.119	2.985

**7. PROVISÕES****a) Composição das provisões para outros passivos**

A Distribuidora possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos (obrigações legais). Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referente aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Distribuidora venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
COFINS <sup>(i)</sup>	1.850	1.751
CSL – Isonomia <sup>(ii)</sup>	1.173	1.140
Outros	100	108
<b>Total – Não circulante</b>	<b>3.123</b>	<b>2.999</b>

<sup>(i)</sup> COFINS refere-se à diferença de alíquota e base de cálculo relativa ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00%, e da majoração da base de cálculo, cujos valores estão sendo depositados judicialmente.

<sup>(ii)</sup> A CSL – Isonomia (diferença de alíquota) refere-se às exações cuja exigibilidade suspensa está amparada por depósito judicial através do mandado de segurança que discute a inconstitucionalidade das disposições legais que instituíram a tributação discriminatória para as instituições financeiras.

#### b) Movimentação das provisões para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>2.999</b>
Constituições	38
Atualização Monetária	1
Liquidações / Atualização de depósitos	86
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>3.123</b>
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>3.119</b>

## 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1. Capital Social

O Capital social é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	113.236	19.250	113.236	19.250
<b>Total do capital subscrito e integralizado</b>	<b>113.236</b>	<b>19.250</b>	<b>113.236</b>	<b>19.250</b>
<b>Valor nominal em reais</b>	<b>170,00</b>		<b>170,00</b>	

### 8.2. Reservas de Lucros

a) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

b) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

### 8.3. Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 15 de abril de 2024, foi deliberado o pagamento de dividendos mínimos referentes ao exercício de 2023, no montante de R\$ 218.

Descrição	Dez / 2024
Lucro líquido do exercício	737
(-) Reserva Legal	(37)
<b>Base de cálculo</b>	<b>700</b>
<b>Dividendos deliberados / provisionados / pagos</b>	<b>175</b>

#### 8.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Número médio e final de ações - Ordinárias	113.236	113.236
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	737	917
Lucro básico por ação	6,5072	8,0981

### 9. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

#### 9.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, às rendas de administração dos fundos de investimentos.

#### 9.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Remuneração dos administradores	1.117	304
Encargos sociais	334	69
Proventos	243	-
Benefícios	38	-
<b>Total</b>	<b>1.732</b>	<b>373</b>

#### 9.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Serviços de terceiros	663	172
Processamentos de dados	47	36
Serviços do sistema financeiro	47	-
Serviços prestados – Ligadas <sup>(1)</sup>	241	278
Outras	106	24
<b>Total</b>	<b>1.104</b>	<b>510</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se, basicamente, ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu Controlador pela prestação de serviços diversos (vide nota nº 9.1.).

#### 9.4. Despesas tributárias

Referem-se, basicamente, as contribuições de PIS e COFINS calculadas sobre a receita bruta.

#### 9.5. Reversões / (despesas) de provisões

Refere-se à (constituições) / reversões de provisões para riscos fiscais.

## 9.6. Resultados não recorrentes

Nos exercícios, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 10.1 Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, condições e taxas aplicáveis em conformidades e condições gerais de mercado, considerando ausência de risco. Os saldos e resultados das operações realizadas são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
<b>Ativos</b>	<b>21.312</b>	<b>20.816</b>
Disponibilidades (Banco Mercantil)	54	112
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil)	21.238	20.704
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (MB FII)	20	-
<b>(Passivos)</b>	<b>(201)</b>	<b>(20)</b>
Sociais e estatutárias (Banco Mercantil)	(175)	-
Outras obrigações (Banco Mercantil/Corretora)	(26)	(20)
<b>Receitas / (Despesas)</b>	<b>Dez / 2024</b>	<b>Dez / 2023</b>
Resultado da Intermediação Financeira	2.194	2.486
Receita de prestação de serviços	159	-
Outras Despesas Administrativas (vide nota nº 8.3.)	(260)	(278)

### 10.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Distribuidora dispõe de Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa da Diretoria da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2024, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 2.740.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários da Diretoria (vide nota nº 9.2.).

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

### 10.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a membros da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

## 11. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL

Na Distribuidora, o gerenciamento de riscos e gestão do capital e cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu Controlador.

### - Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI).

### - Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 18,1% (17,02% em dezembro de 2023), perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

### - Razão de Alavancagem

Na Distribuidora, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI).

### - Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Distribuidora, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. dispõe de políticas aprovadas pela Diretoria.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI).

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Distribuidora é responsável pela administração de recursos próprios e de terceiros no montante de R\$ 366.060.

b) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Distribuidora apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis a Instituição.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2024 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), no *site* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)).

### MERCANTIL DO BRASIL DISTRIBUIDORA S.A. Títulos e Valores Mobiliários

---

#### DIRETORIA

**DIRETOR-PRESIDENTE**  
Athaíde Vieira dos Santos

**DIRETORES EXECUTIVOS**  
João Rufino da Silva  
José Dimas Aleixo  
Valéria de Araújo Foresti Ribeiro

---

#### CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio  
CRC – MG 077029/O-7

**MERCANTIL** | Distribuidora S.A.  
Títulos e Valores  
Mobiliários